



Anais da Assembléia

Nº 158

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 145.ª SESSÃO ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 1981

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Eron-dy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Germote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das atas das sessões anteriores as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

Mensagem n.º 128/81

Curitiba, 30 de novembro de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva doar à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná — Núcleo Regional de Cornélio Procopio, o lote n.º 8, da quadra n.º 224, com área de 312,60 m², situado na sede do referido município, tendo, tal lote, sido adquirido pelo Estado, conforme transcrição n.º 3255, do Livro 3-7, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

O lote de terreno cuja autorização para doação constitui objeto do plano de lei ora submetido a essa augusta Casa de

Leis, será, conforme disposição expressamente contida, utilizado exclusivamente na construção da sede do núcleo regional da donatária, o que deverá ocorrer no prazo de cinco anos, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado.

Contém, ainda, o anteprojeto de lei em causa, dispositivo segundo o qual o imóvel a ser doado ficará gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que deverão constar da respectiva escritura.

Vale, finalmente, destacar que os órgãos pelos quais a solicitação da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná foi examinada, informaram que sobre o imóvel pretendido pela referida Entidade, não há previsão de utilização por parte da Administração Estadual, razão porque tal doação consulta aos interesses públicos.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná - Núcleo Regional de Cornélio Procopio, o lote n.º 8, da quadra n.º 224, com a área de 312,60 metros quadrados, situado no Município de Cornélio Procopio, adquirido pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 3255, do Livro 3-7, do Registro de Imóveis da Comarca de Cornélio Procopio.

Art. 2.º — A área de terreno objeto da doação de que trata o artigo anterior será utilizada exclusivamente para a construção, pela donatária, da sede de seu Núcleo Regional, que deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) anos, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado, independentemente de qualquer interpeção ou notificação.

Art. 3.º — O lote objeto da doação aqui estabelecida, fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que constarão da respectiva escritura.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

OFÍCIOS:

Sob os números DTL/143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153 e 154/81, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os projetos de lei, sob os seguintes números:

42/81:

Do Senhor Deputado DAVID CHERIEGATE, que denomina DEPUTADO ARNALDO FAIVRO BUSATO, o trecho da Rodovia PR-182, que liga a sede do Distrito de Santa Tereza, ao Município de Cascavel à sede do Município de Francisco Beltrão, o qual convertido em Lei tomou o número 7532.—
Anot-se. Arquite-se.

100/80:

Do Senhor Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIO AZUL, com sede e foro na Cidade de Rio Azul, o qual convertido em Lei tomou o número 7524.—
Anote-se. Arquivo-se.

80/81:

Do Senhor Deputado LUIZ GABRIEL SAMPAIO, as repartições de atendimento externo ao público, dos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo, darão preferência às partes portadoras de deficiência física, o qual convertido em Lei tomou o número 7533.—

Anote-se. Arquivo-se.

05/81:

Do Poder Executivo, subscreve aumento de capital da Cia. De Habitação do Paraná, COHAPAR, mediante integralização pela incorporação do imóvel situado em Curitiba e de propriedade do Estado, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7522.—Anote-se. Arquivo-se.

64/81:

Do Senhor Deputado GABRIEL MANOEL, que cria no Município de SAPOPEMA, o Distrito Administrativo de Vida Nova, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes, o qual convertido em Lei tomou o número 7523.—

Anote-se. Arquivo-se.

44/81:

Do Senhor Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS DIRETORES DE ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ, com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o número 7527.—Anote-se. Arquivo-se.

83/81:

Do Senhor Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública o NÚCLEO REGIONAL DE CURITIBA DA ORDEM DO GRAAL NA TERRA, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7525.—Anote-se. Arquivo-se.

180/78:

Do Senhor Deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública o CENTRO SOCIAL DE BUTIATUVINHA, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7526.—Anote-se. Arquivo-se.

33/81:

Do Senhor Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS JOÃO PAULO I, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7530.—

Anote-se. Arquivo-se.

68/81:

Do Senhor Deputado CYRO MARTINS, que declara de utilidade pública a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL 31 DE MARÇO, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o número 7529.—

Anote-se. Arquivo-se.

76/81:

Do Senhor Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE CORONEL VIVIDA, com sede e foro na Cidade de Coronel Vivida, o qual convertido em Lei tomou o número 7531.—

Anote-se. Arquivo-se.

87/81:

Do Senhor Deputado FUAD NACLI, que cria o Distrito Administrativo de Fazenda Rio Grande no Município de Mandrituba, com divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7521.—Anote-se. Arquivo-se.

Ofício sob o n.º 1849/81, do Senhor Maurílio Correia Pinho, Presidente da Câmara Municipal de Maringá, que em atenção ao que foi requerido pelo nobre Edil Edalvo Garcia, aprovado por unanimidade, fazendo uso deste expediente para solicitar a esta Assembléia que, diante da Mensagem do Executivo Estadual, de n.º 107, de 20 de outubro do corrente ano, encaminhada à Assembléia Legislativa, sobre a reclassificação do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, do Estado do Paraná, mova as necessárias gestões para que o projeto de lei, encaminhado pela referida Mensagem, tenha a sua tramitação desenvolvida dentro do mais rápido possível, tendo em vista o elevado custo de vida, a desvalorização da moeda, o achatamento do salário, que não condiz com o índice inflacionário e o malabarismo que está sendo, por isto, feito pelos Serventuários da Justiça, para a tão necessária sobrevivência, uma vez que muitos Serventuários da Justiça estão tirando os seus filhos da escola, porque não têm condições de sustentação. Enquanto que outros estão até vendendo suas casas populares, financiadas pelo BNH, porque não têm condições de saldar prestações em atraso.

760/81:

Do Senhor Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando exposição de motivos, acompanhada de projeto de lei aprovado em Sessão Plenária do Tribunal em 27.11.81, que dispõe sobre alteração em dispositivos da Lei n.º 7297, de 08.01.81 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e dá outras providências.

Sob os n.ºs DTL/160, 161 e 162/81, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei e Projeto de Lei Complementar, sob os seguintes números:

63/81:

Do Senhor Deputado DENI LINEU SCHWARTZ, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA — APMI, da Cidade de Verê, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 7528.—Anote-se. Arquivo-se.

117/81:

Do Poder Executivo, que estabelece medidas para contratação de empréstimos ou financiamentos externos pela Administração Direta ou Indireta do Estado, no período de 1981 a 1983, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7534.—Anote-se. Arquivo-se.

194/79:

Do Senhor Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que dispõe

sobre transferência de área territorial de um para outro Município dependendo de Lei Especial após a comprovação dos requisitos e observâncias das formalidades estabelecidas nesta lei, o qual convertido em Lei Complementar tomou o número 12. — Anote-se. Arquive-se.

Sob o n.º CM-450/81, do Senhor Hermínio de Conto, Presidente da Câmara Municipal de Toledo, encaminhando a esta Assembléia, xerocópia do Requerimento n.º 147/81, de autoria do ilustre Vereador IVO ROQUE PEDRINI, no qual solicita a este Poder Legislativo irrestrito apoio ao Movimento "O XISTO É NOSSO", iniciado nesta Casa, que é pela exploração do xisto paranaense por capital exclusivamente brasileiro. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Engenheiro OSÓRIO DE ALMEIDA, ocorrido no último dia 03 do corrente, nesta Capital.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento dos Srs. ADÃO DE AZEVEDO, JAIME DE BARROS CARDOSO e de sua esposa GLÓRIA ELIZABETE, ocorrido no último dia 05, em Iporã, vítimas de lamentável acidente.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de louvor ao funcionário deste Poder, JOEL NELSON HECKE pelo magnífico trabalho que ao longo de 26 anos, com dedicação e altruísmo desempenhou, em benefício de milhares de seres humanos necessitados, como Chefe e Coordenador do Serviço de Assistência Social desta Assembléia Legislativa.

Outrossim, aprovada esta proposição, REQUER seja o voto de louvor assentado em ficha funcional e comunicado ao exemplar homenageado, que ora requer a sua merecida aposentadoria.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER seja inserido na ata desta sessão, um voto de regozijo pela passagem do Dia da Justiça, oportunidade em que a sociedade brasileira

volta seus olhos, com admiração e respeito, a todos quantos atuam nos órgãos judiciários desse Poder do Estado, no sentido de assegurar a paz e a ordem públicas.

Requer, ainda, que do presente seja dado conhecimento ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1981.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje de um VOTO DE APLAUSO, ao Sr. JAIR DE FREITAS, residente em Francisco Beltrão, pelo recebimento da Medalha de Pacificador, concedida pelo Exército Nacional e recebida em 19 de novembro último nas dependências da 2a. Cia. de Infantaria.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1981.

(a) TÚLIO ZANCHET.

JUSTIFICATIVA:

O Sr. JAIR DE FREITAS, funcionário que enobrece, com seu trabalho, o Ministério da Fazenda, já tendo pertencido ao Ministério da Agricultura, é figura das mais conhecidas e respeitadas em Francisco Beltrão e região.

Por sua dedicação granjeou amigos e fez de sua função pública o alicerce moral e profissional responsável pela justa lembrança que propiciou o recebimento da homenagem agora recebida.

O Sr. Jair de Freitas, ao receber a Medalha de Pacificador, orgulha Francisco Beltrão, dignifica a função pública e empresta dimensão maior à própria condecoração outorgada.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, data vênua, seja consignado na ata da sessão de hoje, voto de congratulações e efusivos cumprimentos a toda equipe do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, na pessoa de seu Diretor-Geral, Engenheiro Euler Merlin e demais membros da diretoria, pelas comemorações do 35.º aniversário de fundação desse respeitável órgão rodoviário paranaense, que se iniciam em data de hoje em todo o interior do Estado e cujas festividades serão encerradas a 23 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1981.

(a) DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

Como engenheiro integrante dos quadros do DER do Paraná, o que muito me honra, tenho a satisfação de propor, por via deste requerimento, seja consignado voto de congratulações e efusivos cumprimentos à equipe desse órgão.

Escusado reiterar aqui os méritos que justificam tal proposição, pois, todos sabem da importância desse departamento para a consecução dos programas rodoviários no Paraná, ainda mais quando se conhece a relevância das estradas na viabilização da política de escoamento da produção, do intercâmbio social e da integração de todas as comunidades.

O DER do Paraná foi criado pelo Decreto-Lei n.º 547, de 18 de Dezembro de 1946, na gestão do então Interventor Manoel Ribas. Desse diploma legal, podemos extrair a definição de sua competência, fixada em 25 alíneas e 12 itens, que preco-

nizam: "a competência do órgão é a de executar e fiscalizar todos os serviços técnicos e administrativos concernentes a estudos, projetos, orçamento, locação, construção, reconstrução, melhoramentos e pavimentação das estradas compreendidas no Plano Rodoviário Estadual, inclusive pontes e demais obras complementares, além de manter a conservação permanente das estradas de rodagem e suas respectivas obras de arte".

Tendo sido desvinculado da antiga Secretaria de Viação e Obras Públicas, passou a subordinar-se à Secretaria dos Transportes. Seu primeiro Diretor Geral foi o saudoso Engenheiro Oswaldo Pacheco de Lacerda.

O Paraná tem hoje uma nova fisionomia; muito diferente daquele que alguns Pares de anos passados, quando se mostrava um território carente de vias de comunicação rodoviária. O Paraná hoje se comunica e se integra, porque de Norte a Sul, de Leste a Oeste, estão a abrir-lhe as fronteiras e as perspectivas de progresso e desenvolvimento, milhares de quilômetros de rodovias pavimentadas. Praticamente desapareceu o drama dos caminhoneiros que ficavam dias parados, atolados na lama, assistindo a deterioração da carga. Esse quadro triste desapareceu, pois, com a mesma facilidade que podemos hoje viajar ao Norte do Estado, podemos chegar ao Oeste, ao Sudoeste, ao Norte Pioneiro e a todas as regiões. E o que é mais importante, podemos oferecer aos pólos de produção os caminhos seguros para o alcance dos terminais de exportação e dos mercados consumidores.

Nisto tudo está a importância do DER, órgão que executa a política de construção rodoviária do Governo do Estado. Muito justificada, portanto, a alegria de seus funcionários que sabem participar do grande desenvolvimento do Paraná, nos últimos anos. Que sabem da responsabilidade que abraçaram e dos compromissos que cumpriram e estão a cumprir em favor das metas e das diretrizes que, em sendo do Governo, são muito mais do próprio povo paranaense.

Por isso, nos seus 35 anos de existência, nossos cumprimentos a quantos integram os quadros desse importante órgão, a seus diretores e a todos que, direta ou indiretamente, contribuindo para sua grandeza, contribuíram para a grandeza do Paraná.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata, de um voto de congratulações a todos os munícipes de Quinta do Sol, pelo transcurso de mais um aniversário deste representativo município do Paraná.

Não se desconhece, hoje, a importância de Quinta do Sol, no contexto político, social e econômico de nosso Estado.

Seu crescente desenvolvimento e seu acelerado progresso, transforma-o, dia a dia, em um dos mais importantes núcleos comunitários do Paraná, o que por si só, justifica nosso júbilo, na data das comemorações de seu aniversário.

Outrossim, requer-se, ainda, seja dado conhecimento da decisão desta Casa, ao Sr. Prefeito Municipal, bem assim, à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1981.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando as atribuições que lhe confere o Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, voto de regozijo pelo transcurso de mais um ano do Município de Jandaia do Sul, célula comunitária das mais representativas de nosso Estado, que tem pontificado no direto auxílio ao crescente progresso do Paraná, em todas as áreas de desenvolvimento.

Requer, ainda, seja dado conhecimento da decisão desta Assembléia, à Câmara Municipal e Prefeitura de Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1981.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja procedida a inserção em ata dos trabalhos desta sessão, dos pleitos apresentados pelo Secretário da Indústria e Comércio do Estado do Paraná, em nome do Governo do Estado do Paraná, no "VI ENCONTRO DE SECRETÁRIOS DE MINAS E ENERGIA - ENSEMME", realizado em Curitiba em 23 de novembro p.p., com a presença do Ministro das Minas e Energia Cezar Calls.

O Secretário Fernando Fontaná, apresentou os seguintes pleitos: I) Jazida de Carvão Mineral de Sapopema-Pr., II) Pesquisa de Carvão Mineral no Estado do Paraná; III) Regularização de áreas requeridas no Estado do Paraná. IV) Mapeamento Geológico Básico pelo DNPM no Estado do Paraná e Projetos Próprios de Pesquisa da CPRM; V) - Financiamento à Pesquisa Mineral - CPRM. VI) Pesquisa de Carvão Mineral pela Mineropar com apoio da SG-MME-PME; VII) - Projeto Grande Curitiba; VIII) - A Usina Industrial do Xisto e IX) - Complexo Industrial para a Construção de Plataformas de Prospeção de Petróleo, por entendê-los de grande importância, é que requeiro suas inserções em ata, para conhecimento da Casa.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1981.

(a) ANTÔNIO FACCI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio ao: Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar, da denúncia em anexo, dos moradores da localidade de Rio Sagrado, no Município de Morretes, protestando contra discriminações feitas no Posto de Puericultura daquela localidade às pessoas carentes que buscam o necessário atendimento.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1981.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de repúdio ao Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, extensivo aos seus assessores mais diretos, pela edição do novo "pacote eleitoral", que se configurou numa agressão à consciência nacional. Os paranaenses, indignados, repudiam mais esta violência contra o livre direito de escolha de seus representantes.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1981.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de TELEX à SUNAB, solicitando medidas urgentes e moralizadoras no sentido de impedir conchavos de acordos que estabelecem preços mínimos permitidos para a comercialização de alimentos e artigos domésticos.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1981.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

Segundo levantamentos no III Encontro Nacional de Entidades de Defesa do Consumidor, realizado em Belo Horizonte, todos os alimentos e artigos domésticos poderiam estar custando 30 por cento mais barato, se as redes de supermercados produtores e industriais, "ATRAVÉS DE ACORDOS DE CAVALHEIROS" não estabelecessem "PREÇOS MÍNIMOS PERMITIDOS" na comercialização de produtos básicos, substituindo a lei da oferta e da procura pela regra de vender pouco para lucrar muito.

Segundo o Sr. Renato Mottola, Presidente da Associação de Proteção dos Consumidores do Rio Grande do Sul, os supermercados, produtores e industriais estão substituindo o CIP, aplicando autotabelamentos, mas com uma diferença: ao invés de fixarem preços máximos de comercialização, estabelecem preços mínimos permitidos de venda dos produtos. Isso impede a concorrência e contribui para a manutenção de preços artificiais.

Na referida reunião, algumas denúncias foram feitas, a nível Nestlé, Lacta, Yakult, Cinzano, Chambourcy, entre outras, enviadas aos supermercados. Um iogurte, por exemplo, recebido pelo supermercado a Cr\$ 20,00, tem que ser comercializado por Cr\$ 45,00, com o risco de ter o fornecimento cortado, se não acatar a lista, denominada "sugestões de preços aos consumidores".

Muitos supermercados não respeitaram o "acordo" e tiveram o fornecimento de vários alimentos e artigos domésticos, suspenso. Também existe um "acordo" na comercialização de refrigerantes e cervejas. A prática é generalizada em todo o Brasil, havendo a necessidade da união de todas as entidades de defesa do consumidor, no sentido de forçar o governo a tomar enérgicas providências.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se oficie ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública, solicitando a abertura de rigoroso inquérito administrativo para apurar, devidamente, os fatos acontecidos no Município de Ortigueira em que quase perdeu a vida o motorista profissional HAMILTON BORGES DE LIMA, funcionário do Frigosanto, que foi covardemente atirado pelas costas por elementos da Polícia Civil de Apucarana que se faziam acompanhar de dois funcionários do Frigosanto, identificados como Sidnei e Geraldo. Face à gravidade dos ferimentos recebidos, a vítima foi internada no Providência, em Apucarana.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1981.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

JUSTIFICATIVA:

O motorista Hamilton Borges de Lima, dirigia-se a Curitiba, transportando um caminhão do Frigorífico Santo Antônio (Frigosanto), tendo estacionado o veículo no Posto Espigão, em Ortigueira, a fim de verificar o tanque de óleo, quando se viu cercado por seis elementos - quatro policiais e dois funcionários do Frigosanto, os quais ocupavam dois carros de marca "GOL" - um dos quais, de cor vermelha, pertencente a um policial local. Hamilton quando se viu cercado, tentou escapar à sanha dos policiais, sendo alvejado pelas costas, de forma traiçoeira e arbitrária.

Nada justifica esta covarde agressão perpetrada por elementos da Polícia de Apucarana, fora de sua jurisdição - que se prevaleceram da cobertura política e administrativa que usufruem - para atirar num pacato cidadão contra o qual não existem provas de culpabilidade, apenas leves suspeitas em torno de extravio de óleo do caminhão da referida empresa.

Acresce a circunstância de que, mesmo hospitalizado e a despeito de que o seu estado de saúde inspira cuidados, o motorista Hamilton, segundo noticiário inserido no jornal "Tribuna da Cidade" edição de 29 de novembro último, teria sido ameaçado por um policial de Apucarana que quer sua confissão como "viciado em maconha".

Chega-se assim às raíais do absurdo: como não se pode comprovar roubo ou desvio de óleo - de sejam agora enveredar para outros caminhos - como o de viciado em drogas o que não é verídico, para justificarem a covarde agressão e o ato arbitrário cometido contra um profissional do volante que além do mais não portava armas e não possuía meios de defesa.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER se oficie ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública, solicitando o envio de um Delegado Especial para presidir o inquérito administrativo na Cidade de Ortigueira, a fim de se apurar devidamente os fatos ligados à tentativa de homicídio contra o motorista HAMILTON BORGES DE LIMA que foi traiçoeiramente baleado pelas costas por policiais de Apucarana que estavam em diligência para apurar possível desvio de óleo do caminhão da Frigosanto que era dirigido pelo mencionado motorista.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1981.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

JUSTIFICATIVA:

Em outro requerimento, apresentado nesta mesma data, solicitamos o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública, pedindo abertura de rigoroso inquérito administrativo para apurar atos arbitrários cometidos por policiais de Apucarana - e ocorridos na Cidade de Ortigueira.

É evidente que só mesmo um Delegado Especial, de inteira confiança do titular da Secretaria da Segurança Pública poderá dar aos fatos sua real dimensão - o que, por certo, culminará na punição dos policiais faltosos - os quais quase tiraram a vida de um pacato cidadão, chefe de família probo e honrado - que foi alvejado, traiçoeiramente, pelas costas.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Dr. OSCAR ALVES, digníssimo Secretário de Estado da Saúde, expediente apoiando a solicitação dos Srs.

Vereadores da Bancada do PDS e membros do Partido Democrático Social de Campo Mourão, que solicitam seja providenciada a construção do Distrito Sanitário de Campo Mourão, que funciona atualmente em prédio alugado.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1981.

(a) ANTÔNIO COTRIM.

JUSTIFICATIVA:

Está concluído o Posto de Saúde, prestes a ser inaugurado, entretanto, o Distrito Sanitário ainda funciona em prédio alugado e separado, distante do novo Posto de Saúde.

Ao ser inaugurado o novo Posto, seria importante que fosse também dado início à construção do Distrito Sanitário, pois anexo ao Posto já existe terreno destinado a essa obra.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao CEL. HAROLDO FERREIRA DIAS, digníssimo Secretário de Estado da Segurança, expediente apoiando a solicitação dos Srs. Vereadores da Bancada do PDS e membros do Partido Democrático Social de Campo Mourão, que solicitam seja providenciada a construção de um módulo policial no bairro Lar Paraná, na Cidade de Campo Mourão-Pr.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1981.

(a) ANTÔNIO COTRIM.

JUSTIFICATIVA:

Tratando-se do bairro de maior densidade por M2, anexo ainda ao conjunto habitacional com 463 residências, toma-se indispensável um posto de atendimento policial preventivo e punitivo, pois por ser população residente na periferia é maior a incidência da marginalidade e da vadiagem, resultado do desemprego e da grave crise por que passa toda a Nação.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao DR. RENATO ANTONIO JOHNSON, digníssimo Secretário de Estado do Interior, expediente apoiando a solicitação dos Srs. Vereadores da Bancada do PDS e membros do Partido Democrático Social de Campo Mourão, que solicitam seja providenciada a implantação de Central Telefônica com capacidade para 50 ou mais linhas no Distrito de Luiziana, Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1981.

(a) ANTÔNIO COTRIM.

JUSTIFICATIVA:

O progresso que se tem verificado naquele distrito nos últimos anos, principalmente em função da agricultura, justifica a instalação de telefones residenciais para facilitar o contato de sua população com o resto do País.

A existência de um Posto de Serviço já facilitou bastante a vida dos moradores do Distrito, entretanto, pelo seu crescimento já comporta plenamente a instalação de telefones residenciais e comerciais.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, usando de suas atribui-

ções regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao DR. NIVALDO ALMEIDA, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, expediente apoiando a solicitação dos Srs. Vereadores da Bancada do PDS e membros do Partido Democrático Social de Campo Mourão, que solicitam sejam providenciadas as seguintes obras no Município de Campo Mourão-Pr:

- 1) instalação de uma Central de Fretes,
- 2) acesso asfaltado ligando a BR 487 (Campo Mourão-Pitanga) ao Distrito de Luiziana.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1981.

(a) ANTÔNIO COTRIM.

JUSTIFICATIVA:

Centro de grande movimentação de cargas para vários pontos do território nacional, Campo Mourão necessita de apoio aos motoristas através de Central de Fretes que já vem prestando serviços em outros municípios.

A ligação asfáltica da BR-487 com o Distrito de Luiziana virá de encontro aos anseios dos moradores daquele lugar e facilitará a ligação com a sede nos dias chuvosos, evitando dificuldades no escoamento de safras, deslocamento de alunos, professores, etc.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Dr. SAUL RAIZ, digníssimo Secretário Extraordinário para Assuntos de Desenvolvimento dos Municípios, e ao DR. VÉSPERO MENDES, digníssimo Secretário de Estado da Administração, expediente apoiando a solicitação dos Srs. Vereadores da Bancada do PDS e membros do Partido Democrático Social de Campo Mourão, que solicitam sejam providenciadas as seguintes obras no Município de Campo Mourão:

- 1) - Construção da nova ala e reforma do prédio do Colégio Estadual Professor João D'Oliveira Gomes;
- 2) Construção da Unidade Polo de Ensino de Segundo Grau;
- 3) Reforma do prédio do Colégio "Dom Bosco" no Bairro Lar Paraná;
- 4) Construção de Escolas de primeiro grau nos jardins Damasco e Horizonte, e no Conjunto Habitacional da COHAPAR.
- 5) Reforma do prédio do Colégio Estadual do Distrito de Farol;
- 6) Reforma do prédio do Grupo Escolar da Vila Urupês;
- 7) Construção de muros e reforma do prédio da Unidade Polo de Ensino de Primeiro grau,
- 8) Complementação das obras de calçamento, ajardinamento e iluminação no Centro Social Urbano;
- 9) Construção de um Grupo Escolar de Primeiro grau no Conjunto Habitacional da COHAPAR;
- 10) Construção de pequenos núcleos de casas populares nos Distritos de Luiziana, Farol e Piquirivá.

Desnecessário se toma justificar as razões do presente requerimento, tendo em vista ampla exposição já feita aos Dignos Secretários.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1981.

(a) ANTÔNIO COTRIM

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, reclamando medidas urgentes para imediato reflorestamento na região do NOROESTE do Estado.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1981.

(a) NILSO SQUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Novamente a natureza se vinga de quem a mutilou. O Município de Iporã, à margem esquerda do Rio Ivaí, sofreu as conseqüências da cegueira do Governo e da falta de conscientização do homem, responsável pelo desregrado desmatamento da região noroestina.

Ventos, à velocidade de oitenta quilômetros horários causaram incomensuráveis prejuízos àquele município, numa seqüência já sentida por Nova Londrina quando, em março, quase foi varrida do mapa do Paraná, além de sucessivos temporais já registrados em Loanda, Santa Izabel do Ivaí e comunidades adjacentes.

Adoto entendimento do noroestino Parreiras Rodrigues, meu secretário, que acredita ser a formação destas periódicas turbulências, originárias no pantanal sul-matogrossense e que ao atingir nossas divisas, deparam com a região noroestina, toda desprotegida, oferecendo plano propício para um afunilamento, crescendo vertiginosamente de velocidade.

Urge medidas governamentais sejam levadas a efeito com a máxima urgência e seriedade, no sentido de se replantar árvores já adultas, para formação de barreiras para obstruir a formação do funil de ventanias. Em cada propriedade agrícola deverão ser replantadas árvores já adultas, nas divisas às suas direitas em relação ao nosso limite com o sulmatogrossense. Caso isso não seja realizado imediatamente, o noroeste deixará de existir dentro de, no máximo, vinte anos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança, solicitando imediatas providências no sentido de regularizar a Delegacia de Polícia de Umuarama que está sem agentes policiais.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1981.

(a) ROMERO FILHO.

JUSTIFICATIVA:

Encontra-se a Delegacia de Umuarama sem condições de funcionamento, haja vista que lá não tem mais agentes de segurança, o que tem trazido a intranquilidade ao povo daquela comuna.

Conforme é do nosso conhecimento, dois delegados daquela cidade já solicitaram suas transferências para qualquer lugar, pois os mesmos sem auxiliares não se encontram em condições de proverem a segurança à família de Umuarama, daí sua atitude de inclusive quererem abandonar os seus postos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio do abaixo-assinado, em anexo, ao Sr. Diretor-Pre-

sidente da COPEL, encarecendo medidas urgentes no sentido de estudos e implantação de rede de distribuição de energia elétrica, na localidade de Rio Sagrado, Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1981.

(a) NILSO SQUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

É justamente baseado nos princípios de justiça e de promoção do bem estar ao homem do campo e à população carente do interior, que esperamos sejam atendidas as aspirações dos moradores daquela localidade, mesmo porque, o próprio Governo do Estado através dos meios de comunicação, vem anunciando a execução de inúmeras medidas visando a valorização humana para evitar o êxodo rural e o crescimento das favelas nas periferias das grandes cidades.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 167/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Educação Agrícola Entre Rios.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei visa reconhecer o magnífico e exemplar trabalho que desenvolvem o dinâmico MATIAS LEH, bem como os seus ilustres companheiros de Diretoria e membros da Associação de Educação Agrícola Entre Rios, Município de Guarapuava.

O documento referente ao histórico e atividades - que integra esta justificativa - bem demonstra a importância da entidade no contexto social em que está inserida.

Assim, esperamos contar com o apoio dos eminentes Pares na aprovação do projeto ora proposto, que, esperamos seja transformado em lei pela sanção do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

PROJETO DE LEI N.º 168/81.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o Banco de Olhos de Curitiba - BOC, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Visa o plano de lei em tela o reconhecimento do importante e altruístico trabalho que o Banco de Olhos de Curitiba, dinamicamente presidido pela Doutora Saly M.B. Moreira vem desenvolvendo em nossa Capital, conforme o incluso relatório - que se integra a esta justificativa.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente. No

Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. FUAD NACLI – (Pela ordem) – Sr. Presidente, pediria a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela ordem) – Apenas queria deixar registrado na Casa, a falta de respeito com que foi tratado este Parlamentar.

Eu já estava anunciado para o Grande Expediente, e outro Deputado da Bancada Situacionista, na hora, requereu a chamada nominal, quando já se encontrava este Deputado, volto a insistir, anunciado.

No meu entendimento, numa falta de respeito, para um companheiro mesmo não sendo de Partido, mas um companheiro de Assembléia Legislativa, e, por isso mesmo, gostaria de registrar aqui o meu protesto, porque, a Bancada Situacionista, mais uma vez, não querendo a reunião da Assembléia Legislativa, não querendo a sessão, se retira e falta com o respeito para com o Deputado.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. FUAD NACLI – (Pela ordem) – Com todo o respeito que tenho pelo nobre Deputado, apenas fiz a chamada nominal, para que a Casa fizesse presente para o pronunciamento do ilustre Deputado, em respeito a este Poder.

Acredito que não faltei com o respeito para com ele. Se a Casa não dá o número o problema não é meu. Eu estou aqui, presente.

O problema é da própria bancada dele, também, que não está em número suficiente para que dê “quorum”.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO – Atenção para a segunda chamada.

(FAZ A CHAMADA)

16 Srs. Deputados responderam a chamada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Responderam a chamada 16 Srs. Deputados. Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 14, à hora regimental, com a mesma ORDEM DO DIA marcada para a sessão de hoje, e mais

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 116/81.

Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 1.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 1981

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gemote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – Não há ata e nem expediente a serem lidos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução n.º 65/81, (Mens. Govern. n.º 87/81), que aprova os termos aditivos aos convênios n.ºs 15/81, 30/80 e 32/80, celebrados, respectivamente, entre o Estado do Paraná e os Municípios de Araucária, Balsa Nova e Campina Grande do Sul, objetivando a aplicação de recursos financeiros da COMEC na execução de obras constantes do Plano Metropolitano de Investimentos. – **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 65/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º – Ficam aprovados os termos aditivos datados de 10 de agosto de 1981, aos convênios n.º 15/81, 30/80 e 32/80, celebrados, respectivamente, com os Municípios de Araucária, Balsa Nova e Campina Grande do Sul, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, na execução de obras constantes do Plano Metropolitano de Investimentos.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente,
ANTÔNIO COTRIM – Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 66/81, (Mens. Govern. n.º 54/81), que aprova o convênio celebrado em 25/05/81, entre o Governo do Estado e o Município de Londrina com a interveniência de órgãos que especifica, objetivando a continuação da execução de projetos, obras e serviços atinentes à construção do Terminal de passageiros da Cidade de Londrina. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 66/81**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio EBTU n.º 14/81, celebrado em 25 de maio de 1981, entre o Estado do Paraná e o Município de Londrina, com a interveniência da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos - EBTU, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, e da Secretaria de Estado dos Transportes, objetivando a continuação da execução de projetos, obras e serviços referentes à construção do Terminal de Passageiros da Cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente,
ANTÔNIO COTRIM — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 67/81, (Mens. Govern. n.º 58/81), que aprova o convênio celebrado em 26/03/81, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Assis Chateaubriand, objetivando a execução do Programa Especial para Manutenção da Rede Aeroportuária — PROAEROPORTO, no exercício de 1981. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 67/81**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 26 de março de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Assis Chateaubriand, objetivando a adoção de ação conjunta no sentido da execução do Programa Especial para manutenção da Rede Aeroportuária - "PROAEROPORTO", no exercício de 1981.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;
ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 70/81, (Mens. Govern. n.º 42/81), que aprova o convênio celebrado em 20/05/81, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Estado de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria de Obras Públicas, visando a prestação de assistência técnica e participação em estudos que objetivam a "Análise da Potencialidade da Navegação interior nos afluentes do Rio Paraná. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 70/81**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 20 de maio de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Estado de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria de Obras Públicas, objetivando a prestação de assistência técnica e cooperação em estudos que visam à "Análise da Potencialidade da Navegação Interior nos Afluentes do Rio Paraná", nos Estados signatários.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 9 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;
GABRIEL SAMPAIO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 71/81, (Mens. Govern. n.º 47/81), que aprova os termos aditivos aos convênios n.º 1 a 13, celebrados entre o Estado, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios aqui nominados, objetivando a participação dos citados municípios no "Programa Transporte Metropolitano". — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 71/81**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos aditivos datados de 27 de março de 1981, aos convênios de n.ºs 1 a 13, celebrados em 21 de março de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e, respectivamente, os Municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais, com a interveniência da COMEC, objetivando a participação dos referidos Municípios do "PROGRAMA DE TRANSPORTE METROPOLITANO", composto do "PROGRAMA DE TRANSPORTES ALTERNATIVOS PARA ECONOMIA DE COMBUSTÍVEIS" e "PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES URBANOS".

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 9 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente,
GABRIEL SAMPAIO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 72/81, (Mens. Govern. n.º 62/81), que aprova os convênios celebrados em 07/07/81, entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Nossa Senhora das Graças e Santo Antônio do Paraíso, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede dos referidos municípios. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 72/81.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.^o — Ficam aprovados os termos de convênios celebrados em 07 de julho de 1981, entre o Estado do Paraná, e os Municípios de Nossa Senhora das Graças e Santo Antônio do Paraíso, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, nos referidos municípios.

Art. 2.^o — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 9 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

GABRIEL SAMPAIO, Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.